



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária

CEP 59065-555 – Natal/RN

e-mail: [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)

Procedimento de Gestão Administrativa nº 9.541/2020

Assunto: Consulta

Interessada: Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras

**PARECER**

Trata-se de consulta formulada pela Bela. Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, 68ª Promotora de Justiça de Natal, sobre a possibilidade de aceitar convite para palestrar em curso de formação para mulheres que desejam ingressar na política, como forma de diminuição da desigualdade de gênero e garantir representatividade, promovido pela Secretaria Nacional da Mulher do Partido Solidariedade, em parceria com a Fundação 1º de Maio.

É o relatório.

Nos termos do art. 157, V, da Lei Complementar Estadual nº 141/1996, é vedado ao membro do Ministério Público “exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o disposto no artigo 128, § 5º, inciso II, alínea “e” da Constituição Federal”<sup>1</sup>.

É missão constitucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preconiza o art. 127 da Constituição Federal, de modo que a vedação ao exercício da atividade político-partidária abrange não apenas a filiação a partidos políticos, mas também qualquer ação em favor de partido, no afã de garantir que o exercício de suas atribuições não sofrerá influências partidárias.

No caso presente, a consulente foi convidada para participar, como palestrante, do curso de capacitação de mulheres que desejam entrar para a

<sup>1</sup> Art. 128. O Ministério Público abrange: (...) II - as seguintes vedações: (...) e) exercer atividade político-partidária (redação conforme EC nº 45/2004).

*ful*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária

CEP 59065-555 – Natal/RN

e-mail: [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)

política, promovido pelo Partido Solidariedade, na cidade de São Paulo/SP, cujo objetivo é preparar as participantes para o desempenho de papel estratégico na sociedade e concorrência nas próximas eleições, conforme declarado no convite de fl. 02, sendo, portanto, manifesta atividade político-partidária.

Registre-se, por oportuno, que, ainda que seja para ministrar palestra sobre tema alusivo às atribuições legais exercidas na Promotoria de Justiça de que é titular (violência contra a mulher), a participação da consulente no referido curso configuraria atividade político-partidária, por se tratar de evento de interesse de um partido político, cuja finalidade é formar mulheres para se candidatarem a cargos nas próximas eleições.

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, seja respondida a consulta em tela **no sentido de que a consulente não pode aceitar o convite para palestrar em curso de formação para mulheres que desejam ingressar na política, promovido pela Secretaria Nacional da Mulher do Partido Solidariedade, em parceria com a Fundação 1º de Maio**, nos termos dos arts. 157, V, da Lei Complementar Estadual nº 141/1996 e 128, §5º, II, alínea “e”, da Constituição Federal.

É o parecer que submeto à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 20 de fevereiro de 2020.

**Flávia Felício Mathias da Silva**

Promotora Corregedora I,

Em substituição à Promotora Corregedora III



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Corregedoria-Geral do Ministério Público

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, CEP 59065-555, Candelária, Natal/RN  
Telefone: 9 9972-1200 – e-mail: [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)



Procedimento de Gestão Administrativa nº 9.541/2020

Assunto: CONSULTA – Palestra em curso Promovido por Secretaria Nacional de Partido Político

Interessado: Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras

**DECISÃO**

Aprovo e adoto o parecer, de fls. 03, da lavra da Promotora Corregedora Flávia Felício Mathias da Silva. Em face disso, a consulta formulada pelo consulente deve ser respondida nos termos do referido parecer.

Encaminhe-se cópia do Parecer e da presente Decisão para a Promotora de Justiça Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, para ciência.

Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

**Efetue-se** a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Em seguida, remetam os autos ao **arquivo**.

Cumpra-se.

Natal, 20 de fevereiro de 2020.

*Carla Campos Amico*  
Carla Campos Amico  
Corregedora-Geral do MPRN